

## Um belo (e nobre) palácio para a Justiça

*M*anaus, 18 de abril de 1894.

*O governador Eduardo Ribeiro assina contrato com a empresa Moers & Moreton, no valor de 654 contos e 259.933 réis, para a construção do Palácio da Justiça – um belo edifício de dois andares e imponente fachada de linhas arquitetônicas clássicas, com mais de cinco mil metros quadrados de área edificada em alvenaria de pedra e tijolo, destinado especificamente às instalações do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.*

*O Palácio da Justiça ficará situado em local de destaque da avenida do Palácio – a principal avenida da cidade –, entre as ruas Dez de Julho e José Clemente, de frente para a ala oeste do Teatro Amazonas. O terreno escolhido para a nobre edificação faz parte da gleba onde está situado o hospital da Santa Casa de Misericórdia. A fachada principal do Palácio da Justiça terá a extensão de 66,22m<sup>2</sup> e cada uma das fachadas laterais medirá 39,15m.<sup>2</sup>*

A construção do Palácio da Justiça foi iniciada imediatamente. A estrutura do edifício, as obras de alvenaria dos dois pisos e a armação do telhado já estavam praticamente concluídas quando Eduardo Ribeiro transmitiu o governo ao seu sucessor Fileto Pires Ferreira (23 de julho de 1896). Daí em diante as obras foram desaceleradas e menos de oito meses depois (15 de março de 1897) o contrato de construção foi rescindido amigavelmente por proposta dos empreiteiros Moers & Moreton.



Os pagamentos feitos pelo Tesouro estadual aos empreiteiros Moers & Moreton (329 contos e 295.933 réis), todos com respaldo nos atestados de medições das obras realizadas, correspondiam a cerca de 50% do valor total do contrato, deixando inferir que o saldo da verba orçamentada não seria suficiente para cobrir todos os custos das obras e serviços que necessariamente deveriam ser realizados até a completa execução do projeto.

A construção ficou paralisada, e para reduzir despesas o governador Fileto Pires mandou fazer alterações no projeto do edifício e contratar, por administração direta, apenas as obras e serviços emergenciais, necessárias para garantir a preservação do valioso patrimônio, que estava exposto ao sol e à chuva e começava a apresentar sinais de deterioração. Fez-se então a cobertura do prédio, substituindo-se toda a estrutura de madeira, que além de estar apodrecida não tinha a inclinação adequada para receber as telhas de *marselha* escolhidas para o telhado. Corrigiram-se as rachaduras das paredes, consolidaram-se as estruturas do edifício (cuja estabilidade estava ameaçada), *“reforçando-se os seus alicerces em todos os ângulos salientes com blocos de alvenaria de pedra e cimento”,* travadas *“com tirantes de ferro”*.<sup>(35)</sup>

No dia 11 de janeiro de 1898 foi celebrado contrato de obras com o empreiteiro José Gomes da Rocha, para *“construção de todas as alvenarias, escadas, passeios e balaustradas necessárias à conclusão do edifício do Palacio da Justiça e dependencias”*.<sup>(36)</sup> Menos de três meses depois (4 de abril do mesmo ano), o governador Fileto Pires, que conquistara o poder via fraude eleitoral, perdeu o mandato à conta de um pedido de renúncia que chegou à Assembléia Legislativa estadual por meio de uma carta apócrifa, postada de Paris em data coincidente com a sua estada naquela cidade.

O mandato de Fileto Pires foi completado pelo vice-governador José Cardoso Ramalho Junior, que inseriu a conclusão do Palácio da Justiça entre as prioridades do seu programa de obras. A inauguração do edifício, marcada preliminarmente para o mês de abril, teve que ser adiada porque o navio do *Loyd Brasileiro* que trazia o belíssimo mobiliário fabricado pela *Marcenaria Brasileira* ficou retido no Rio de Janeiro, *“por falta de praça”*.



O PALÁCIO DA JUSTIÇA FOI INAUGURADO PELO GOVERNADOR RAMALHO JUNIOR EM 1900, AS VÉSPERAS DE CONCLUIR O MANDATO E TRANSMITIR O CARGO AO SEU SUCESSOR SILVÉRIO NERY. O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ERA O DESEMBARGADOR CESAR DO REGO MONTEIRO.  
O CUSTO FINAL DAS OBRAS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA TOTALIZOU 2.205 CONTOS E 625.983 RÉIS.

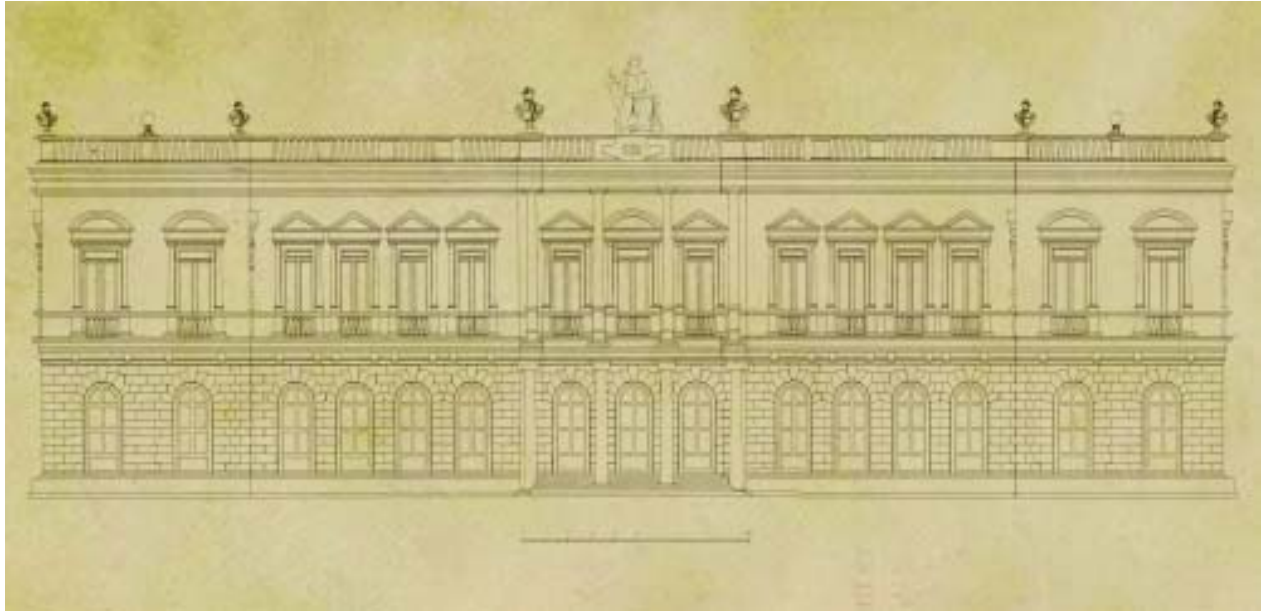
<sup>(35)</sup> Documento dos arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

<sup>(36)</sup> Trecho do contrato assinado com o empreiteiro José Gomes da Rocha, transcrito dos arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.



O Palácio da Justiça foi tombado como Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas pelo Decreto n.º 5218, de 3 de outubro de 1980, assinado pelo governador José Lindoso.





O projeto arquitetônico da fachada foi executado com pequenas alterações que não interferiram na composição do edifício em cinco blocos – três em avanço e dois em recuo, com janelas e portas em arco pleno no andar térreo e janelas com verga reta no piso superior.



O Palácio da Justiça foi objeto de completa restauração fundamentada em cuidadosa pesquisa fotográfica e de prospecção, sob a coordenação técnica da Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, no terceiro governo do doutor Amazonino Armando Mendes.

As obras civis e os serviços específicos de pintura, revalorização dos detalhes da fachada e dos ambientes interiores, restauração do mobiliário, esquadrias e outras peças desse valioso patrimônio público iniciaram-se em agosto de 2001 e foram

concluídas sete meses depois,

permitindo à cidade receber de volta o magnífico edifício no dia

22 de março de 2002, nas mesmas condições em que fora inaugurado em 1900. Era presidente do Tribunal de Justiça o

desembargador Djalma Martins da Costa, vice-presidente o desembargador Arnaldo Campello Carpinteiro Péres e corregedora a desembargadora Marinildes Costeira de Mendonça Lima.